Um Certo País

Un Cierto País

A Certain Country

André Costa Lobato, Bruno Neves, Anabela Santiago, Alexandra Rodrigues Sanches

Resumo. Wang Yi diz na Conferência de Munique que um "certo país" é a razão do mal funcionamento do sistema internacional, e propõe uma revisão das lentes de competição e cooperação entre as nações mais poderosas. O Embaixador chinês no Conselho de Segurança diz que cessar-fogo, palestinos governando Gaza e a solução dos dois Estados são o único caminho para a Paz. Plano Quinquenal de Medicina Tradicional Chinesa busca unir medicina étnica com tecnologia e inovação. China continua reduzindo emissões de CO2, com indústria química ainda como grande contribuidora da queima de carvão. Hong Kong lança documento sobre segurança na esteira da prisão de Jimmy Lai, o bilionário de mídia condenado por trabalhar para dividir o país.

Palavras-chave: China. Ordem Internacional. Medicina Tradicional. Energia Limpa.

Resumen. *Wang Yi afirma en la Conferencia de Múnich que «cierto país» es la causa del mal funcionamiento del sistema internacional y propone una revisión de las perspectivas de competencia y cooperación entre las naciones más poderosas. El embajador chino en el Consejo de Seguridad afirma que el alto el fuego, el gobierno palestino en Gaza y la solución de dos Estados son el único camino hacia la paz. El Plan Quinquenal de Medicina Tradicional China busca unir la medicina étnica con la tecnología y la innovación. China sigue reduciendo las emisiones de CO2, con la industria química aún como gran contribuyente a la quema de carbón. Hong Kong publica un documento sobre seguridad tras el arresto de Jimmy Lai, el multimillonario de los medios de comunicación condenado por trabajar para dividir el país.*

Palabras clave: *China. Orden internacional. Medicina Tradicional. Energía Limpia.*

Abstract. *At the Munich Conference, Wang Yi stated that a "certain country" is the reason for the malfunctioning of the international system and proposed a revision of the lenses of competition and cooperation among the most powerful nations. The Chinese Ambassador to the Security Council says that a ceasefire, Palestinians governing Gaza, and the two-state solution are the only path to peace. The Five-Year Plan for Traditional Chinese Medicine seeks to unite ethnic medicine with technology and innovation. China continues to reduce CO2 emissions, with the chemical industry still a major contributor to coal burning. Hong Kong releases a security document following the arrest of Jimmy Lai, the media billionaire convicted of working to divide the country.*

Keywords: *International Order. Traditional Medicine. Clean Energy.*

Diplomacia

Conferência de Munique

Em 14 de fevereiro de 2026, Wang Yi, membro do Birô Político do Comitê Central do PCCh e ministro das Relações Exteriores, participou da *Conferência de Segurança de Munique 2026*, realizada entre 13 e 15 de fevereiro. No evento, apresentou a exposição "*Joining Hands to Set the Ship of History on the Right Course*" na sessão intitulada "*China in the World*", na qual teceu o posicionamento do governo chinês sobre diferentes temas que permeiam a atual conjuntura do sistema internacional, além de responder a perguntas do público presente[1].

Em seu discurso de abertura, Wang Yi retomou a proposta introduzida pelo presidente Xi Jinping denominada *Global Governance Initiative* (GGI), que estabelece cinco princípios orientadores das relações internacionais a serem observados na construção de um sistema de governança global mais justo e equitativo. São eles: (1) igualdade soberana; (2) respeito ao Estado de Direito internacional; (3) multilateralismo; (4) abordagem centrada nas pessoas; e (5) promoção de ações concretas.

Nesse sentido, o chanceler ressaltou que uma das prioridades da agenda internacional é a revitalização do sistema das Nações Unidas, que tem sido progressivamente esvaziado em meio às críticas e pressões exercidas por "um certo" país — em referência indireta aos Estados Unidos sob a presidência de Donald Trump — contra o multilateralismo. Nas palavras do ministro: "a razão pela qual o sistema internacional não está funcionando bem o suficiente não reside na própria ONU, mas sim em um certo país que está buscando ampliar as diferenças e os desacordos, colocar a si próprio acima de todos os demais, fomentar o confronto entre os blocos e até mesmo reviver a mentalidade da Guerra Fria. Todos esses fatores corroeram a base da confiança, degradaram o ambiente propício à cooperação e impediram o funcionamento das instituições internacionais"[2].

Assim, a posição oficial chinesa para o ordenamento das relações internacionais prioriza a defesa das instituições e a democratização do diálogo e dos processos decisórios nos assuntos globais. Como afirmou Wang Yi, "a monopolização do poder global por um pequeno número de países é impopular"[3], sendo necessário reivindicar pelo estabelecimento de um regime internacional compartilhado, capaz de definir regras e normas básicas, fundamentadas nos princípios e objetivos da Carta da ONU, para a condução dos contatos entre as nações.

Segundo o chanceler, a democratização das relações internacionais pressupõe a construção de um ambiente no qual todos os países, sejam pequenos, médios ou grandes, encontrem espaço para participar ativamente do sistema internacional. Isso implica a instauração de regras válidas para todas as nações, em vez da aplicação de padrões duplos — como quando diferentes consequências são atribuídas à Rússia e aos Estados Unidos, Irã e Israel,

[1] Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China. (2026, February 14). Keynote Speech by H.E. Wang Yi at the 62nd Munich Security Conference Conversation with China. mfa.gov.cn. https://www.mfa.gov.cn/eng/wjbzhd/202602/t20260215_11860435.html

[2] Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China. (2026, February 14). Keynote Speech by H.E. Wang Yi at the 62nd Munich Security Conference Conversation with China. mfa.gov.cn. https://www.mfa.gov.cn/eng/wjbzhd/202602/t20260215_11860435.html

[3] Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China. (2026, February 14). Keynote Speech by H.E. Wang Yi at the 62nd Munich Security Conference Conversation with China. mfa.gov.cn. https://www.mfa.gov.cn/eng/wjbzhd/202602/t20260215_11860435.html

entre uma longa lista de exemplos — bem como a rejeição da imposição da vontade de um único país sobre os demais.

Além disso, Wang Yi apresentou o posicionamento do governo chinês diante de quatro conflitos internacionais. O primeiro (1) refere-se à guerra entre Israel-Palestina, para a qual o chanceler destacou a necessidade de cessar-fogo e de reconstruir Gaza, em consonância com a implementação da solução de dois Estados e a promoção de justiça ao povo palestino. O segundo (2) diz respeito às tensões envolvendo Israel-EUA-Irã, sobre as quais afirmou que "as partes envolvidas devem agir com prudência e evitar a criação de novos conflitos[4]" — observação importante frente a recente ofensiva, conduzida em 1º de fevereiro, pelo governo de Benjamin Netanyahu em território iraniano. Em terceiro (3), a crise na Venezuela também é mencionada, ressaltando que, nesse caso, a posição chinesa enfatiza a inviolabilidade do direito internacional e da soberania nacional. Por fim, Wang Yi abordou o confronto entre Rússia-Ucrânia, defendendo o avanço de negociações que conduzam à construção de um acordo de paz duradouro, bem como à eliminação das causas do enfrentamento.

Ao responder a perguntas sobre este mesmo tópico na sessão *China in the World*, o chanceler afirmou ainda que, diferentemente dos países europeus, a China não é parte diretamente envolvida no conflito e, portanto, não possui poder de decisão sobre seus rumos. Todavia, a situação é bastante distinta no caso dos países europeus, uma vez que a guerra ocorre em seu próprio continente, legando-os o direito de participar no processo de negociação. Apesar disso, Wang Yi observou que, desde o início do diálogo entre Estados Unidos e Rússia, a Europa parece ter sido marginalizada no debate, motivo pelo qual, em sua avaliação, deveria rever uma postura de mera espectadora e passar a contribuir de forma mais ativa, apresentando propostas e dialogando diretamente com a Rússia[5].

Considerando o exposto, a Conferência também representou um momento no qual a delegação da China buscou aproximar-se da Europa, o que é notório na declaração de Wang Yi, ainda em seu discurso de abertura, de que "China e Europa são parceiros, não rivais"[6]. Ao ser questionado sobre o tema mais tarde, durante a sessão de apresentação, o chanceler reiterou essa posição e rejeitou a caracterização das duas partes como "rivais sistêmicos", classificando essa interpretação como equivocada e alertando que a instrumentalização do exagero dessa narrativa poderia trazer consequências negativas para o futuro das relações entre China e Europa[7].

"Existem diferenças e desacordos entre China e Europa? É claro que sim" — afirmou o chanceler — "Os dois lados possuem sistemas sociais, valores e modelos de desenvolvimento

[4] Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China. (2026, February 14). Keynote Speech by H.E. Wang Yi at the 62nd Munich Security Conference Conversation with China. mfa.gov.cn. https://www.mfa.gov.cn/eng/wjbzhd/202602/t20260215_11860435.html

[5] Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China. (2026, February 14). Wang Yi: China Supports Political Settlement of All Regional Hotspot Issues Through Dialogue. mfa.gov.cn. https://www.mfa.gov.cn/eng/wjbzhd/202602/t20260217_11861042.html

[6] Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China. (2026, February 14). Keynote Speech by H.E. Wang Yi at the 62nd Munich Security Conference Conversation with China. mfa.gov.cn. https://www.mfa.gov.cn/eng/wjbzhd/202602/t20260215_11860435.html

[7] Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China. (2026, February 14). Wang Yi: China and Europe Should Both Act in Accordance with the Principle of Pursuing Harmonious Coexistence while Recognizing Differences. mfa.gov.cn. https://www.mfa.gov.cn/eng/wjbzhd/202602/t20260217_11861044.html

diferentes, mas estes derivam de suas respectivas heranças históricas e culturais, e representam as escolhas de seus povos. As diferenças não são motivo para sermos adversários, e as divergências são ainda menos uma base para confrontos. A abordagem correta é respeitar, valorizar e aprender uns com os outros, buscando o desenvolvimento comum e iluminando o mundo em conjunto”[8].

À margem da Conferência, o ministro Wang Yi frequentou diversos encontros bilaterais com importantes autoridades, como o presidente da Sérvia Aleksandar Vučić, chanceler da Alemanha Friedrich Merz, ministro das Relações Exteriores da Ucrânia, Andrii Sybiha, ministro das Relações Exteriores da Argentina, Pablo Quirno, ministra federal para Assuntos Europeus e Internacionais da Áustria, Beate Meinl-Reisinger, secretária de Relações Exteriores do Reino Unido, Yvette Cooper, ministro das Relações Exteriores da Alemanha Johann Wadephul, ministro para a Europa e das Relações Exteriores da França Jean-Noël Barrot, ministro das Relações Exteriores da Noruega, Espen Barth Eide, e vice-primeiro-ministro e ministro das Relações Exteriores da República Tcheca, Petr Macinka[9].

Palestina no Conselho de Segurança

A situação na Palestina, no início de 2026, permanece marcada por uma combinação de cessar-fogo frágil na Faixa de Gaza e crescente tensão política e securitária na Cisjordânia. Embora tenha sido estabelecido um acordo de trégua no último trimestre de 2025, os desenvolvimentos subsequentes revelam um quadro de instabilidade persistente, com acusações mútuas de violações, incidentes armados pontuais e dificuldades na consolidação de mecanismos duradouros de desescalada. Paralelamente, a crise humanitária em Gaza continua a ocupar lugar central nas narrativas mediáticas, sobretudo no que respeita à destruição de infraestruturas civis, ao acesso limitado a cuidados de saúde e às restrições na circulação de bens essenciais.

Na Cisjordânia ocupada, a dinâmica tem sido descrita como uma intensificação de medidas administrativas e de segurança por parte de Israel, acompanhada por um aumento de confrontos localizados. Este contexto é frequentemente enquadrado como sinal de que, mesmo na ausência de uma ofensiva militar de larga escala comparável à de Gaza, o conflito estrutural permanece ativo e suscetível de escaladas súbitas.[10]

Na China, reitera-se a necessidade de cumprimento integral do cessar-fogo, sendo frequentemente salientada a responsabilidade de Israel enquanto potência ocupante para evitar a deterioração da situação. A cobertura mediática enfatiza o papel central das Nações Unidas e do multilateralismo como vias legítimas para a resolução do conflito. As intervenções de representantes chineses no Conselho de Segurança são amplamente divulgadas, com

[8] Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China. (2026, February 14). Wang Yi: China and Europe Should Both Act in Accordance with the Principle of Pursuing Harmonious Coexistence while Recognizing Differences. mfa.gov.cn. https://www.mfa.gov.cn/eng/wjbzhd/202602/t20260217_11861044.html

[9] Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China. (2026, February 14). Wang Yi: Joining Hands to Set the Ship of History on the Right Course. mfa.gov.cn. https://www.mfa.gov.cn/eng/wjbzhd/202602/t20260217_11860964.html

[10] MEMO – Monitor do Oriente Médio. Três questões sobre a intensificação da violência israelense na Cisjordânia. https://www.monitordooriente.com/20250206-tres-questoes-sobre-a-intensificacao-da-violencia-israelense-na-cisjordania/

destaque para apelos a um cessar-fogo duradouro, à proteção de civis e à retoma de um processo político estruturado[11].

O Embaixador da China no Conselho de Segurança da ONU, Fu Cong, afirmou[12] em reunião do Conselho realizada em 19 de fevereiro de 2026, sob a presidência da Secretária de Relações Exteriores do Reino Unido, Yvette Cooper resumiu as ações necessárias em três pontos: O primeiro, cessar-fogo imediato, abrangente e duradouro. O segundo de que qualquer plano futuro deve respeitar o princípio de "os palestinianos governarem a Palestina". O terceiro ponto destaca a implementação da solução de dois Estados como o único caminho viável para uma paz duradoura. O Embaixador condenou as recentes decisões de Israel de expandir colonatos e medidas administrativas na Cisjordânia, classificando-as como violações do direito internacional.

A solução dos dois Estados como "única saída viável" para uma paz sustentável no Médio Oriente surge articulada com a defesa do princípio de que "os palestinianos devem governar a Palestina", sobretudo no que diz respeito à governação pós-conflito em Gaza[13]. A tónica incide, assim, na reconstrução, na legitimidade política palestiniana e na necessidade de evitar arranjos impostos externamente que comprometam a autodeterminação, postura que a China assume na linha da sua política externa baseada nos princípios históricos da Conferência de Bandung de 1955.

Adicionalmente, a China atribui visibilidade relevante aos esforços diplomáticos de países do Médio Oriente, como o Egito e o Qatar, apresentando-os como atores-chave na mediação e manutenção do cessar-fogo. Este enfoque insere-se numa narrativa mais ampla que valoriza o papel do Sul Global e das iniciativas regionais na gestão de crises internacionais, em contraste com uma menor centralidade concedida às dinâmicas políticas internas dos Estados Unidos ou da União Europeia.[14]

Este padrão discursivo do Governo chinês e dos meios de comunicação do país contribui para moldar, no espaço de debate internacional, uma leitura do conflito que privilegia a legalidade internacional, a soberania e a negociação diplomática como vetores centrais para a sua eventual resolução.

[11] Notícias Agrícolas. China pede cessar-fogo imediato após EUA e Israel atacarem o Irã. https://www.noticiasagricolas.com.br/noticias/politica-economia/416278-china-pede-cessar-fogo-imediato-apos-eua-e-israel-atacarem-o-ira.html?utm_source=chatgpt.com

[12] Remarks on the Palestinian-Israeli Issue by Ambassador Fu Cong at the UN Security Council Briefing_Permanent Mission of the People's Republic of China to the UN. https://un.china-mission.gov.cn/eng/hyyfy/202602/t20260220_11861400.htm (accessed 2 Mar 2026).

[13] Xinhua.China reitera apelo por solução de dois Estados enquanto Israel avança para expandir controle na Cisjordânia. https://portuguese.news.cn/20260213/d3910ff334324eb5b098cdbf6470d7a5/c.html

[14] CNN Brasil. Análise: China busca ser uma mediadora dos conflitos no Oriente Médio, ainda que com experiência questionável. https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/analise-china-busca-ser-uma-mediadora-dos-conflitos-no-oriente-medio-ainda-que-com-experiencia-questionavel/

Sanitário

Tradicional e Inovadora

Em fevereiro, o Ministério da Indústria e Tecnologia da Informação, em conjunto com outros sete departamentos, publicou o "*Implementation Plan for High-Quality Development of the Traditional Chinese Medicine (TCM) Industry (2026–2030)*", estabelecendo um roteiro para o desenvolvimento da indústria de medicina tradicional chinesa (MTC) ao longo dos próximos cinco anos[15]. O documento apresenta uma abordagem centrada na cadeia produtiva completa (do cultivo e processamento de matérias-primas à inovação tecnológica e produção de medicamentos acabados). Segundo especialistas ouvidos pela imprensa, trata-se de uma versão "detalhada e operacional" da estratégia nacional para o setor, com ênfase em coordenação interdepartamental, sistematização e executabilidade.

O texto oficial do plano destaca que a MTC constitui "um tesouro da civilização chinesa" e que sua modernização é fundamental tanto para a garantia da saúde pública quanto para o desenvolvimento econômico e a preservação cultural. Até 2030, pretende-se formar um sistema preliminar de desenvolvimento colaborativo de toda a cadeia industrial, fortalecer a resiliência das cadeias de suprimento, elevar os níveis de digitalização e transformação verde e alcançar avanços em tecnologias-chave[16].

Entre as metas quantitativas estabelecidas estão a criação de 60 bases de produção de matérias-primas de alto padrão, a construção de cinco centros de inovação voltados à preservação e à inovação, o desenvolvimento de 10 novos medicamentos patenteados de grande escala e a transformação de preparações hospitalares em medicamentos inovadores. O plano também prevê a formulação ou revisão de dez padrões técnicos relacionados à digitalização da indústria, a construção de 20 fábricas inteligentes e o fomento a 10 fábricas verdes, além da divulgação de 20 casos exemplares de transformação digital e sustentável. Tais objetivos indicam uma tentativa explícita de superar a fragmentação e baixa padronização do setor, promovendo maior concentração, eficiência e controle de qualidade.

Um eixo relevante do plano é o fortalecimento das medicinas étnicas, cuja modernização passa a ocupar espaço significativo na estratégia industrial[17]. O plano propõe

---

[15] Ministry of Industry and Information Technology (MIIT) of the People's Republic of China, National Ethnic Affairs Commission, Ministry of Agriculture and Rural Affairs, National Health Commission, State-owned Assets Supervision and Administration Commission of the State Council, Financial Regulatory Administration, National Administration of Traditional Chinese Medicine, National Medical Products Administration. *通知：工业和信息化部等八部门关于印发《中药工业高质量发展实施方案（2026—2030年）》的通知 [Internet].* Beijing: MIIT; 5 Fev 2026 [citado 2026 Mar 2]. Disponível em: https://www.miit.gov.cn/zwgk/zcwj/wjfb/tz/art/2026/art_5e00cad1c3ba41f085535f505b26c8f3.html.

[16] Futunn News. *Eight departments issue implementation plan for high-quality development of the traditional Chinese medicine industry [Internet].* Hong Kong: Futunn; 5 Fev 2026 [citado 2026 Mar 2]. Disponível em: https://news.futunn.com/en/post/68501077/eight-departments-issue-implementation-plan-for-high-quality-development-of?level=1&data_ticket=1772382117975914.

[17] Moomoo News. *Eight departments issue implementation plan for high-quality development of the traditional Chinese medicine industry [Internet].* Hong Kong: Moomoo; 5 Feb 2026 [citado 2026 Mar 2]. Disponível em: https://www.moomoo.com/news/post/65178779/eight-departments-issue-implementation-plan-for-high-quality-development-of?level=1&data_ticket=1772382129554560.

explorar recursos medicinais de minorias étnicas, sistematizar técnicas tradicionais e acelerar sua transformação moderna, ao mesmo tempo em que reforça a proteção de marcas tradicionais e da propriedade intelectual associada a empresas históricas, havendo uma criação de uma "linha de produtos renomados" e o incentivo à inovação sobre medicamentos já comercializados.

Paralelamente ao fortalecimento da base industrial, autoridades sanitárias vêm promovendo a integração profunda da MTC à reforma do sistema de saúde, especialmente por meio da difusão da experiência de reforma de Sanming (三明医改)[18]. Em uma coletiva em Janeiro, a Comissão Nacional de Saúde destacou que a promoção da experiência de Sanming no campo da MTC visa ampliar o papel da medicina tradicional na reforma médico-sanitária, fortalecendo sua inserção nos consórcios médicos de nível distrital e nos mecanismos de seguro-saúde. Dados apresentados indicam que mais de 96% dos condados já contam com instituições médicas de MTC e que a cobertura de serviços de MTC em unidades básicas ultrapassa 97%, ampliando significativamente a acessibilidade da população.

A articulação entre o plano industrial e a reforma sanitária ganha especial relevância no contexto do próximo Plano Quinquenal (十五五). Autoridades da Administração Nacional de Medicina Tradicional Chinesa afirmaram que está em elaboração um plano de ação específico para fortalecer a base do sistema médico com foco em "fortalecer o nível primário, consolidar fundamentos e garantir o básico", com metas de ampliação da capacidade institucional, formação de recursos humanos e difusão de tecnologias apropriadas até 2030.

Socioeconômico

A densidade de carbono na economia chinesa e os compromissos climáticos

Segundo a análise de Lauri Myllyvirta (2026)[19] sobre a tensão entre as fontes renováveis e fósseis na matriz elétrica da China, elaborada a partir de dados do Carbon Brief e sua relação com os Planos Quinquenais, as emissões de dióxido de carbono (CO2) da China apresentaram uma retração de 1% no último trimestre de 2025, consolidando um declínio anual estimado em 0,3%. Este fenômeno estende uma trajetória descrita pelo autor sob o conceito de "*flat or falling*" (estável ou em queda), iniciada em março de 2024 e que perdura por 21 meses. Trata-se de um marco histórico, constituindo a primeira sequência de mitigação registrada no país que não está associada a uma desaceleração ou contração no crescimento da demanda energética agregada. Em termos macroeconômicos, a intensidade de carbono do país — definida como as emissões de combustíveis fósseis por unidade do PIB — caiu 4,7% em 2025, acumulando uma redução de 12% no período compreendido entre 2020 e 2025. Contudo, esse resultado evidencia um déficit institucional em relação ao planejamento estatal, ficando aquém da meta de 18% estabelecido pelo 14º Plano Quinquenal, bem como, para cumprir as determinações do

[18] National Health Commission of the People's Republic of China. *新闻发布会: 推广三明医改经验、促进中医药传承创新发展* [Internet]. Beijing: National Health Commission; [citado 2026 Mar 2]. Disponível em: https://www.nhc.gov.cn/wjw/c100365/hdjl_xwfbh_detail.shtml?id=4aff72c160904b3f8b96b54425d708b3.

[19] Myllyvirta L. Analysis: China's CO2 emissions have now been 'flat or falling' for 21 months. Carbon Brief [Internet]. 12 fev. 2026 [citado em 1 mar. 2026]. Disponível em: https://www.carbonbrief.org/analysis-chinas-co2-emissions-have-now-been-flat-or-falling-for-21-months/

Acordo de Paris, precisaria reduzir intensidade de carbono em cerca de 23% nos próximos cinco anos.

A desagregação setorial aponta para uma reestruturação assimétrica, onde as emissões de combustíveis fósseis cresceram 0,1% em 2025, mas foram “compensadas” por uma redução de 7% nas emissões advindas da produção de cimento. Observou-se um recuo similar nas emissões de quase todos os principais vetores tradicionais, incluindo transportes (3%), setor de energia (1,5%) e materiais de construção (7%), além de uma contração de 3% na indústria metalúrgica. O setor de energia elétrica registrou uma diminuição de 1,7% no uso de carvão, contrastando com um aumento de 6% no uso de gás natural. A contradição dessa transição reside na indústria química, que emergiu como a exceção principal, com crescimento de 12% em suas emissões. Essa expansão foi impulsionada pelo aumento no consumo de carvão (15%) e de petróleo (10%) no setor. Contudo, “sem o aumento do setor químico, as emissões totais de CO2 da China teriam caído cerca de 2%, em vez dos 0,3% aqui relatados" (*ibidem*). O uso de insumos baseados em carvão na indústria química só é viável quando este é mais barato que o petróleo bruto. A continuidade dessa indústria esteve voltada para a produção de olefinas e aromáticos, como insumos para plásticos, de maior densidade tecnológica e menor flutuação de preços. Já a expansão planejada, está voltada para plantas de produção de produtos derivados de petróleo e gás sintético para energia. Para estes, eletrificação e geração limpa seria uma alternativa, o que aponta que estes são ainda mais sensíveis a flutuações de preços do que a produção química.

No que tange à infraestrutura elétrica, a demanda agregada cresceu em 520 terawatts-hora (TWh) em 2025, montante que foi integralmente absorvido pela expansão das fontes de baixo carbono. A geração solar experimentou um salto de 43% (adicionando 360 TWh), a eólica cresceu 14% (130 TWh) e a nuclear avançou 8% (40 TWh), enquanto a hidroeletricidade e a bioenergia registraram incrementos de 3% cada, levando a uma retração de 1,9% na geração a carvão. Todavia, uma vez que o crescimento da geração renovável foi inferior à expansão da capacidade instalada, indicando uma subutilização decorrente de "*unreported curtailment*" (cortes não relatados), ocasionados por congestionamentos na rede elétrica. Como resposta institucional e tecnológica a esses gargalos de pico, a capacidade de armazenamento de energia, composta principalmente por baterias, cresceu em um patamar recorde de 75 gigawatts (GW) em 2025, superando com folga o aumento do pico de demanda elétrica, que se fixou em 55 GW. Essa inflexão tecnológica foi catalisada por uma reforma promovida pela Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma (NDRC) em janeiro de 2025, a qual democratizou o acesso aos chamados "*capacity payments*" (pagamentos de capacidade) para as infraestruturas de armazenamento, subsídio antes restrito a usinas termelétricas e hidrelétricas reversíveis. A despeito do armazenamento constituir uma alternativa para o suprimento em horários de pico, o objetivo do Estado chinês em garantir energia "firme" resultou na aprovação contínua de projetos fósseis, com “290 GW de capacidade de carvão ainda em construção”.

A governança climática chinesa encontra-se tensionada pelas exigências do Acordo de Paris, que estipula a necessidade de reduzir a intensidade de carbono em mais de 65% até 2030, adotando 2005 como ano-base. Para tanto, o país precisaria reduzir mais 23% durante o ciclo do 15º Plano Quinquenal. No entanto, Myllyvirta (2026) aponta que o governo central chinês mantém suas ambições abaixo deste patamar, dada a fixação por parte da NDRC de uma meta de cerca de 30% de participação solar e eólica na matriz de geração para 2030, ante os 22% verificados em 2025. Levando-se em consideração uma taxa de crescimento de demanda elétrica projetada em 5,6% ao ano, a limitação das renováveis a esse teto de 30% “deixaria

espaço para a geração de combustíveis fósseis crescer a 3% ao ano de 2025 a 2030", o que culminaria no descumprimento dos tratados climáticos internacionais. Para neutralizar o crescimento da geração fóssil e absorver a nova demanda, a cota de energia eólica e solar precisaria acender a 37% até 2030. A referida inadequação também se reflete na meta oficial estipulada para a participação de energias não fósseis (25% em 2030), a qual é insuficiente para satisfazer o compromisso de redução da intensidade de carbono no fim da década.

Segundo os documentos preparatórios divulgados pela agência oficial Xinhua[20], que recomendam que o consumo de carvão "*reach its peak and enter a plateau*" ("atinja o seu pico e entre num planalto") a partir de 2027, e preveem o pico do consumo de petróleo para 2026. A admissão de um "planalto" sugere que o recuo absoluto das emissões está sendo postergado para o período subsequente a 2030, expondo uma abordagem difusa, que busca promover simultaneamente o desenvolvimento de energia não fóssil e o desenvolvimento de "alta qualidade" dos combustíveis fósseis. O limite das emissões da China depende, portanto, na capacidade de as empresas estatais e as autoridades provinciais, em seus próprios planos quinquenais, assim como em 2022, superem os planos quinquenais estabelecidos pelo comitê central, fenômeno metodologicamente que corresponde ao *boom* de crescimento das fontes renováveis, que tem sido capaz de sobrepujar o crescimento das fontes fósseis, apesar da falta de apoio político. Assim, a energia limpa tem cumprido papel central em viabilizar o crescimento do PIB e de investimentos, motivos pelos quais gestores querem manter essa dinâmica. O objetivo do governo é alcançar a neutralidade de carbono em 2060.

***White Paper* sobre segurança nacional e a região administrativa de Hong Kong**

Em 10 de fevereiro de 2026, o Gabinete de Informação do Conselho de Estado da China publicou o *White Paper* intitulado "*Hong Kong: Safeguarding China's National Security Under the Framework of One Country, Two Systems*"[21]. Composto por mais de 12.497 palavras estruturadas em um prefácio, cinco partes e uma conclusão, o documento detalha "a luta incessante pela salvaguarda da segurança nacional em Hong Kong e a responsabilidade fundamental do governo central" (China *apud* Qingqing, 2026, tradução própria). O texto tem como objetivo revisar os esforços e aprendizados da Região Administrativa Especial de Hong Kong (HKSAR) na área de segurança, dissipar mal-entendidos e assegurar "o desenvolvimento de alta qualidade da política de *One Country, Two Systems* com alto-patamar de segurança " (*ibid.)*.

O Chefe do Executivo da HKSAR, John Lee, declarou que a publicação do livro branco é uma resposta ao atual momento. A partir do documento, Lee destacou três premissas: a luta pela segurança nacional é contínua e exige vigilância constante; a segurança nacional é de competência das autoridades centrais, cabendo a Hong Kong apoiar a implementação da lei em nível nacional; e um alto nível de segurança é vital para o desenvolvimento da política de “Um País, Dois Sistemas”. O livro branco atua como um alerta aos que ameaçam a segurança nacional, contexto no qual Lee referenciou a recente condenação de Jimmy Lai. Condenado, Lai foi condenado de conluio com forças estrangeiras para desestabilizar a região, publicação de

[20] 学习规划建议每日问答丨怎样理解推动煤炭和石油消费达峰--专题报道-中国共产党新闻网. https://cpc.people.com.cn/n1/2026/0204/c461139-40659446.html (accessed 2 Mar 2026).

[21] Chen Q. China issues white paper on HKSAR safeguarding national security, move welcomed as coming at 'exactly the right time'. Global Times [Internet]. 10 fev. 2026 [citado em 1 mar. 2026]. Disponível em: https://www.globaltimes.cn/page/202602/1355116.shtml

material sedicioso e conspiração para solicitar sanções contra a China e Hong Kong. A fala de Lai sugerindo um ataque nuclear contra a China[22] foi amplamente circulada e comentada na mídia chinesa e ajudou a selar seu destino: aos 78 anos, foi condenado pelo Tribunal Superior da HKSAR a 20 anos de prisão.

Em sua dimensão histórica, o sobre a segurança de Hong Kong revisa a prolongada disputa em torno da legislação local exigida pelo Artigo 23 da Lei Básica e classifica a turbulência de 2019 como o maior desafio para a segurança nacional de HKSAR. O texto detalha a resposta estatal a esses eventos, que incluiu o fortalecimento do arcabouço legal, a melhoria do sistema eleitoral e a implementação da diretriz de "patriotas governando Hong Kong". O Capítulo III do compêndio enfatiza o cumprimento das responsabilidades constitucionais da HKSAR e destaca a conclusão da legislação do Artigo 23 e a adoção de ações judiciais e de aplicação da lei rigorosas para resguardar a segurança.

A divulgação do livro branco também funciona como uma resposta institucional estratégica diante das críticas internacionais. A publicação ocorreu logo após a sentença de Jimmy Lai, momento em que países ocidentais expressaram oposição. Segundo o legislador Lawrence Tang Fei, o documento esclarece a ética política e os princípios do Estado de Direito. Lau Siu-kai, consultor sênior de políticas, complementa que o texto estabelece as responsabilidades das autoridades centrais e "*serves as a warning and deterrent to the US and Western forces*", deixando explícito que não será permitido a nenhuma força externa minar a estabilidade de Hong Kong ou a segurança nacional.

Por fim, o documento recebeu o endosso formal de múltiplas agências do governo central. Porta-vozes do Gabinete de Assuntos de Hong Kong e Macau e do escritório do governo central para a salvaguarda da segurança nacional na HKSAR reiteraram que o texto orienta os trabalhos futuros na região. O gabinete de ligação do governo central em Hong Kong concluiu que o livro branco promove a compreensão de que a salvaguarda da soberania, segurança e interesses de desenvolvimento.

[22] Charr Babies. Jimmy Lai urges the US to use nuclear weapons to kill 1 4 billion Chinese. 2024 https://www.youtube.com/watch?v=bDpNXyAD2Dc (accessed 2 Mar 2026).